



DEBONA, Vilmar; FONSECA, Eduardo Ribeiro; HULSHOF, Monique; MATTOS, Fernando Costa; RAMOS, Flamarion Caldeira. (Orgs.). **Dogmatismo e antidogmatismo: filosofia crítica, vontade e liberdade. Uma homenagem a Maria Lúcia Mello e Oliveira Cacciola.** Curitiba: Editora UFPR, 2015. 380 p.

Claudia Assunção Dias

Mestranda em Filosofia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR)

E-mail: claudia.assunpcao@gmail.com

O livro *Dogmatismo e antidogmatismo: filosofia crítica, vontade e liberdade*, uma coletânea de vinte e oito textos, foi organizado por um grupo de ex-orientandos de Maria Lúcia Cacciola e visou não apenas prestar uma homenagem à professora e pesquisadora da Universidade de São Paulo, mas também demonstrar a grande importância da homenageada no cenário filosófico brasileiro. O elemento que mais justifica o reconhecimento de tal importância e a iniciativa da organização do livro remete necessariamente à difusão promovida por Cacciola do pensamento de Schopenhauer no meio acadêmico do Brasil por meio de suas traduções, publicações, aulas e conferências. Com efeito, a sua tese de doutoramento, intitulada *Schopenhauer e a questão do dogmatismo*, foi o primeiro trabalho acadêmico de fôlego sobre Schopenhauer defendido no país¹, fato representativo não apenas por ter consistido, nas palavras de seu orientador - outra grande figura da filosofia brasileira, Rubens Rodrigues Torres Filho -, numa “reviravolta na interpretação de Schopenhauer”², mas por ter sido capaz de promover uma nova frente de pesquisas, que, ao partir de Kant, de Schelling ou de Fichte, não toma Schopenhauer apenas como um discípulo ou intérprete, mas como pensador original e influenciador de muitos outros grandes nomes, dentre eles Nietzsche e Freud. Foi devido aos interesses de Cacciola por Schopenhauer, à época não estudado de forma rigorosa, e às colaborações com seus orientandos da USP, como Jair Barboza, seu primeiro orientando, que se abriu um

¹ A tese foi defendida em 1991 no Departamento de Filosofia da USP e publicada como livro em 1994, pela Edusp, tornando-se uma referência obrigatória para os estudos brasileiros sobre Schopenhauer.

² TORRES FILHO, R. R. Prefácio. In: CACCIOLA, M, L. *Schopenhauer e a questão do dogmatismo*, p. 16.

campo fértil de novos estudos schopenhauerianos em terras tupiniquins. Surgem, a partir de então, variadas traduções das obras do filósofo, começa-se a organizar um Colóquio Internacional Schopenhauer (com sete edições já realizadas), inaugura-se uma *Seção brasileira da Schopenhauer-Gesellschaft*, que é presidida por Cacciola, cria-se o *GT Schopenhauer da ANPOF* e a *Revista Voluntas: Estudos sobre Schopenhauer*, assim como o número de dissertações e teses aumentam significativamente³.

Para além dos muitos feitos da homenageada, que por si só justificariam a publicação da extensa obra aqui resenhada, interessa-nos destacar que o núcleo conceitual da pesquisa e da produção de Maria Lúcia Cacciola, espelhado no oportuno título do *Festschrift* em questão, consiste na problematização do dogmatismo a partir do pensamento schopenhaueriano. Em sua fecundidade, o modo com que a temática é abordada pela autora cumpre a tarefa de romper com a imagem de um Schopenhauer que, ao admitir a vontade como essência, teria restabelecido o dogmatismo que a filosofia crítica kantiana havia implodido. Conforme notam os organizadores na Apresentação do livro, Cacciola se encarrega de mostrar por que Schopenhauer não só não é um pensador “pré-crítico”, como também pretendeu radicalizar o projeto kantiano de não assumir o “mundo da representação” como absolutamente real (cf. p. 6), limitando ainda mais o papel da razão e buscando a essência do mundo no próprio mundo, ao invés de ser em ideais transcendent⁴. Assumir a vontade como essência cósmica e no horizonte de uma metafísica imanente não acarretaria, pois, em tomar a metafísica da vontade como dogmática, já que, como bem argumenta a autora em sua tese, é o próprio Schopenhauer que reivindicará um “fundo escuro” e *grundlos*, sem fundamento, para a vontade que se manifesta no caráter de cada fenômeno.

Além disso, conforme assinala Leandro Chevitarese num dos capítulos do *Festschrift* (cf. pp. 181-186), Cacciola assumiu o desafio de indicar em que medida

³ Para um registro das principais atividades de pesquisa, traduções e publicações sobre Schopenhauer que foram e estão sendo realizadas no Brasil, cf. CACCIOLA, M. L.; DEBONA, V.; SALVIANO, J. O. *Geschichte und aktuelle Situation der Schopenhauer-Studien in Brasilien*, 2015; e, para outra versão do mesmo material, CACCIOLA, M. L.; DEBONA, V.; SALVIANO, J. O. *A história e a atual situação dos estudos schopenhauerianos no Brasil*, 2013.

⁴ Nesse sentido, vale observar que a dissertação de mestrado de Cacciola aborda justamente a temática da crítica da razão em Kant e Schopenhauer. Cf. CACCIOLA, M. L. *A crítica da razão no pensamento de Schopenhauer*, 1982.

Schopenhauer deu cabo ao seu projeto de *não* conceber a vontade como *absoluto*. E ela faz isso argumentando, p. ex., que o “como” (*als*) do título da obra magna do pensador - *O mundo como vontade e representação* -, traduz-se na defesa de que a vontade só é coisa-em-si relativamente, ou seja, em relação ao fenômeno, do mesmo modo como este é fenômeno tão somente em relação à coisa-em-si. Indicando, com isso, um possível caráter perspectivista na metafísica schopenhaueriana, Cacciola sublinhará em vários de seus trabalhos⁵ a importância de se entender que, se há algum dogmatismo no sistema do filósofo do “pensamento único”, só poderia se tratar de um dogmatismo imanente (*immanenter Dogmatismus*), conforme comenta o próprio Schopenhauer em seus *Fragments para a história da filosofia*⁶.

Dito isso quanto às linhas norteadores do trabalho filosófico da homenageada, cabe observar brevemente que o conjunto de temas dos textos que compõem o *Festschrift* reflete bem a vastidão de interesses de pesquisa de Cacciola, assim como o universo de temas a partir dos quais ela, como orientadora, formou um significativo grupo de pesquisadores e especialistas brasileiros sobre a filosofia clássica alemã. Conforme afirmam os organizadores,

Embora a maior parte das contribuições verse sobre a filosofia schopenhaueriana (a ponto de transformar o presente livro numa importante fonte para o estudo do filósofo, abrangendo as diversas facetas de seu pensamento, da teoria do conhecimento à metafísica, da ética à estética, passando pela reflexão filosófica sobre a religião), não se pode deixar de notar a variedade de suas perspectivas: temos contribuições sobre Nietzsche, Kant, a psicanálise, textos sobre autores tão diferentes como Bodin e Schulze ou Reinhold [...] (p. 8).

Outra linha de interesse da homenageada é a *estética* em seus diversos ramos, das artes plásticas ao cinema, abarcando a poesia, a música e a pintura. Na obra em questão, assuntos desse domínio da filosofia aparecem em nada menos que seis capítulos. Como a problemática sobre a metafísica imanente

⁵ Recentemente a autora publicou um texto intitulado justamente sobre o assunto no anuário *Schopenhauer-Jahrbuch* (cf. CACCIOLA, M. L. *Immanenter Dogmatismus*, p. 151-162).

⁶ “[...] poder-se-ia chamar meu sistema de dogmatismo imanente, pois, embora seus princípios doutrinários sejam de fato dogmáticos, não ultrapassam todavia o mundo dado na experiência, mas apenas esclarecem o que ele é, já que o decompõe em suas partes componentes” (SCHOPENHAUER, A. *Fragments para a história da filosofia*, p. 118).

schopenhaueriana e sua abordagem “antidogmática” empreendida por Cacciola abrange também a conhecida *metafísica do belo* de Schopenhauer, pretendemos tecer a seguir alguns comentários sobre dois capítulos do livro que nos interessam mais de perto, por tratarem de noções da estética desse pensamento.

O primeiro deles é de autoria de Matthias Kossler e se intitula *Sobre o papel do discernimento [Besonnenheit] na estética de Arthur Schopenhauer*. Ao elencar os diversos âmbitos da filosofia schopenhaueriana nos quais o discernimento se faz presente (teoria do conhecimento, ética, negação da vontade e estética), Kossler mostra de forma clara como é possível identificar variados graus dessa noção, cujo aumento depende da intensidade da separação entre vontade e intelecto. Ou seja, quanto mais incomum for o discernimento de dado indivíduo, mais o seu intelecto estaria distanciado de sua raiz, a vontade, de modo que o aumento exagerado do discernimento, segundo Schopenhauer uma “anormalidade”, indicaria o caráter do gênio (artístico), que intuiria os objetos do mundo sem considerar apenas um lado desses objetos, aquele referido à própria vontade e que lhe interessa, mas também os outros lados, independentes do serviço e interesse da vontade. De forma resumida, Kossler afirma que “na estética, o discernimento capacita os artistas a apreender as coisas de maneira objetiva e assim *apresentá-las* em suas obras de modo que no observador essa apreensão objetiva, que Schopenhauer caracteriza como intuição das Ideias, seja ocasionada” (p. 23-24, grifo nosso). No entanto, o comentador não chega a desenvolver uma análise sobre como esse discernimento atuaria no processo mesmo de exposição artística. Talvez o momento da apresentação ou da exposição (*Darstellung*) artística seja o que mais exige uma destreza pragmática e “discernida”, já que é necessário despertar a fantasia do espectador. Diferentemente do momento da criação, em que a metafísica do belo schopenhaueriana admite até mesmo um poder intuitivo que domina o artista e que é espontâneo, o momento da exposição soa menos intuitivo, menos espontâneo e mais dado a uma ação refletida e direcionada a um fim, como se observa no caso de um poeta, por exemplo, que precisa seguir rigorosamente determinados passos ou regras, escolher as palavras adequadas, o ritmo e a rima, para transmitir de forma objetiva a Ideia intuída. Ora, se, conforme afirma Kossler, supusermos que “discernimento é o contrário da espontaneidade”, e assumirmos

também que o momento menos espontâneo do artista refere-se a seus procedimentos estéticos (menos metafísico-intuitivos), não seria ainda mais pertinente uma problematização do conceito schopenhaueriano de discernimento na esfera da exposição artística, ao invés de ser no âmbito da criação/intuição?

O segundo texto que nos motiva a comentar, também sobre estética, é o de Jair Barboza, intitulado *Contra a tradição: Schopenhauer como filósofo acústico*. Como já indica o título, o autor apresenta argumentos que mostram em que medida Schopenhauer pode ser visto como um pensador que inverteu a hierarquia dos sentidos que, em geral, na tradição ocidental, reserva à visão e às artes visuais a primeira posição. O filósofo que classificou a música como arte suprema e até mesmo destacada da hierarquia que espelha os graus de manifestação da vontade teria também, em algum sentido e ao menos em certos contextos, submetido as artes visuais à experiência auditiva. Conforme destaca Barboza, para Schopenhauer, “enquanto pelas artes visuais ainda apreendemos uma “cópia” das Ideias, nas artes de sons sentimos a expressão direta da vontade como coisa-em-si” (p. 191). O elemento mais contundente da argumentação do autor é o da conhecida equivalência que o pensador alemão faz entre os sons e o espectro dos reinos naturais: para ele, o mundo e seus reinos arquetípicos confundem-se com a música e, nesse sentido, mesmo se não houvesse mundo fenomênico, ainda poderia haver música. Compreender ou captar o mundo fenomênico significaria, então, *ouvi-lo* em seus diversos tons ou de acordo com as quatro vozes de uma harmonia, cada um correspondendo a um reino natural específico: o baixo ao mineral, o tenor ao vegetal, o contralto ao animal e o soprano ao humano. Pelo conhecido destaque e enaltecimento da música, o filósofo que desenvolveu boa parte de sua filosofia sob o signo da visão, conforme bem demonstra o autor (cf. p. 189-190), e que – acrescentemos – publicou um ensaio intitulado justamente *Sobre a visão e as cores*, poderia mesmo ser tomado, por mais esse motivo, como um pensador contra a tradição.

No entanto, uma possível problemática que poderia surgir da questão apresentada por Barboza, e que foi apontada apenas de passagem pelo autor, diz respeito ao lugar que a *poesia* ocuparia entre a oscilação da primazia dada por essa filosofia, por um lado, para a visão e, por outro, para a audição. Se assumida como “um meio termo entre arte visual e arte auditiva” (p. 191), não teríamos que

admitir - para discutirmos a concepção schopenhaueriana de poesia - uma suspensão provisória dos argumentos que disputam o primeiro lugar apenas para a visão ou apenas para a audição, classificando-as, quiçá, num mesmo patamar? Elementos para respondermos a essa questão poderiam ser encontrados em vários textos do filósofo. E um possível horizonte de argumentação pode ser aquele ilustrado pelo autor nas últimas linhas do capítulo (cf. p. 194). Ao tratar do tema das artes nos *Suplementos* (Tomo II) de *O mundo como vontade e representação*, Schopenhauer nos surpreende com uma diferenciação nos títulos de seus capítulos: para a arquitetura e a poesia, os títulos são *Estética da arquitetura* e *Estética da poesia*, já para a música, o título é *Metafísica da música*. Se esta diferenciação serve como argumento para detectarmos a preferência ou a primazia outorgada pelo filósofo à música e, assim, à audição, conforme sugere Barboza, a questão pode instigar uma problemática conceitual mais ampla. Isso porque, notadamente em suas *Preleções sobre a Metafísica do belo* e no Livro III do Tomo I de sua obra magna, o filósofo da vontade adverte justamente para a importância de distinguirmos entre metafísica do belo e estética. No entanto, como se percebe pelos títulos dos *Suplementos*, com exceção da música, as artes parecem ser abordadas tanto sob a chave da metafísica (do belo) quanto da estética. E assim podemos pensar a questão mencionada sobre a particularidade da poesia - que se situaria entre arte visual e arte auditiva -, uma vez que ela, em específico, quando tomada sob a perspectiva da metafísica é situada no topo da pirâmide hierárquica das artes como reveladora da Ideia de humanidade; já quando tomada sob a perspectiva da Estética do Tomo II, o que está em questão são, sobretudo, as suas técnicas de apresentação (metro, rima, vocabulário etc) e dos métodos mais convenientes para o poeta atingir seu objetivo, ou seja, uma questão que envolve diretamente questões relativas tanto à audição quanto à visão.

A julgar pela natureza dos temas dois dois capítulos aqui comentados em específico, torna-se indispensável afirmarmos que a obra resenhada pode ser considerada uma fonte profícua para debates sobre variados temas da filosofia clássica alemã e, como não poderia deixar de ser, para a pesquisa sobre Schopenhauer. Os vinte e oito capítulos, que versam sobre a já assinalada

pluralidade de temas e abordagens, assim como o nobre propósito pelo qual veio a público – o de homenagear uma grande figura da filosofia brasileira – fazem de *Dogmatismo e antidogmatismo* um livro de interesses transversais, recomendável tanto para especialistas quanto para iniciantes.

Ademais, torna-se impossível a tarefa de apresentarmos aqui o todo desta obra singular, tarefa que, por isso, confiamos ao leitor.

Referências bibliográficas

CACCIOLA, Maria Lúcia. *Schopenhauer e a questão do dogmatismo*. São Paulo: Edusp, 1994.

_____. Immanenter Dogmatismus. *Schopenhauer-Jahrbuch*. Würzburg: Königshausen & Neumann, Bd. 93, 2012, pp. 151-162.

_____. *A crítica da razão no pensamento de Schopenhauer*. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.

CACCIOLA, Maria Lúcia; DEBONA, Vilmar; SALVIANO, Jarlee Oliveira. Geschichte und aktuelle Situation der Schopenhauer-Studien in Brasilien. *Schopenhauer-Jahrbuch*. Würzburg: Königshausen & Neumann, Bd. 96, 2015.

_____. A história e a atual situação dos estudos schopenhauerianos no Brasil. *Revista Voluntas: Estudos sobre Schopenhauer*. Rio de Janeiro, Vol. 4, Nº 1 - primeiro semestre de 2013, pp. 146-150.

SCHOPENHAUER, Arthur. *Fragmentos para a história da filosofia*. Trad. Maria Lúcia Cacciola. São Paulo: Iluminuras, 2003.

TORRES FILHO, Rubens Rodrigues. Prefácio. In: CACCIOLA, Maria Lúcia. *Schopenhauer e a questão do dogmatismo*. São Paulo: Edusp, 1994.

Recebido: 30/04/16
Received: 04/30/16

Aprovado: 22/05/16
Approved: 05/22/16